SILVIO SANDRO SOARES JUNIOR

Vidas Secas: ideologia e discurso jurídico

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Dra. Mara Regina de Oliveira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

SILVIO SANDRO SOARES JUNIOR

Vidas Secas: ideologia e discurso jurídico

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito na área de concentração de Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob orientação da Professora Doutora Mara Regina de Oliveira.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Soares Jr., Silvio Sandro
Vidas Secas: ideologia e discurso jurídico / Silvio Sandro Soares Jr. ;
orientadora Mara Regina de Oliveira -- São Paulo, 2018.
102 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Filosofia do
Direito e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, Universidade
de São Paulo, 2018.

1. Filosofia do Direito. 2. Literatura. 3. Vidas Secas. 4. Graciliano
Ramos. 5. Marxismo. I. Oliveira, Mara Regina de, orient. II. Título.

Nome: SOARES JR., Silvio Sandro.

Título: Vidas Secas: ideologia e discurso jurídico.

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À memória do meu avô José Porfírio Sobrinho, paraibano sertanejo, natural de Pombal e retirante. O homem com quem pude viajar nas narrativas anedóticas e nas estradas do semiárido nordestino, conhecendo o universo de *Vidas Secas* antes mesmo de ler o romance.

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho não teve início, desenvolvimento e fim em mim mesmo. Várias pessoas contribuíram diretamente para que esta pesquisa se concretizasse na forma de dissertação. Meu primeiro agradecimento não poderia ser feito a pessoa diferente; agradeço muito a minha esposa, a Débora Toniate Medeiros, que me auxiliou - e auxilia - não só neste trabalho, mas em todos os aspectos - positivos e negativos - da minha vida, como excelente companheira que é, com todo amor e atenção.

Agradeço aos meus pais, Edna Almendros Porfírio Soares e Silvio Sandro Soares, por sempre terem feito tudo por mim, as minhas irmãs, Laêssa Porfírio Soares e Marjory Porfírio Soares, pela companhia fraterna e aos meus amigos, em especial o Marcos Vinícius Ribeiro de Souza, pela compreensão da minha ausência.

Agradeço ainda a minha orientadora Mara Regina de Oliveira, pela oportunidade e pelo conhecimento que compartilhou comigo ao longo dos anos de trabalho conjunto. Agradeço aos funcionários do Departamento de Pós-Graduação, aos do Departamento de Teoria Geral e Filosofia do Direito (em especial aos meus amigos bedéis, dentre eles o Davi).

Um agradecimento acadêmico formal deve também ser feito aos Professores Alysson Leandro Mascaro, Silvio Luiz de Almeida, Camilo Onoda Luiz Caldas e Fabio Cesar Alves, porque além de serem minhas inspirações acadêmicas mais sinceras, todos, cada um em um momento específico, contribuíram crucial e definitivamente para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço aos meus colegas de mestrado Piterson Balmat Gonçalves, Marco Aurélio Panadés Aranha, Guilherme Grané Diniz, Edurado Aleixo Monteiro e ao queridíssimo Leonardo Matos, meu amigo de FFLCH que me ajudou muito na etapa final do trabalho.

Finalmente, agradeço aos demais professores que sempre me inspiraram, entre eles: Marino Bedin, Ana Paula Cristina, Marlete Bertucci Silva, Ruth Lima Menegassi e José Silva.

Iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia com ela era nem onde era.

GRACILIANO RAMOS – VIDAS SECAS (1938)

RESUMO

A pesquisa consiste na análise interdisciplinar entre um tema da Filosofia do Direito e uma obra literária. A obra em questão é *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, um romance da década de 1930 que, dentre as tensões que merecem atenção, estabelece uma em específico, através da qual são apresentados parâmetros para a compreensão da sociedade brasileira da época, com todas as contradições pertinentes do período histórico que motivaram a escrita do romance. A literatura se encontra com a Filosofia do Direito na medida em que as teorias críticas de Althusser e Pachukanis (*Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* e *A Teoria Geral do Direito e o Marxismo*, respectivamente) desenham abordagens sobre o Direito e sobre o Estado que estão representadas em *Vidas Secas*. Em Pachukanis, lê-se a forma como o discurso jurídico cria seu próprio mito fundador e desenvolve o modelo de subjetivação através do qual os seres humanos se constituem *sujeitos de direito* na modernidade. A contribuição althusseriana indica as formas de manutenção das máximas discursivas que forjam personalidades – jurídicas e físicas – no pleno momento da forma política estatal. Os discursos do trabalhismo, dos binômios *indústria x agricultura*, *moderno x arcaico*, *urbano x rural*, presentes em *Vidas Secas*, revelam as tensões através das quais Estado e Direito conseguem forjar uma sociedade brasileira capitalista de reposição do subdesenvolvimento em prol do regime de acumulação e dos consagrados privilégios elitistas em detrimento das vidas – secas – dos explorados. Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo, através do aporte teórico marxista, fazer a leitura do romance da década de 30 como crítica ao modelo jurídico, ou mais, como crítica às formas política e estatal nas quais se desenvolve o *mundo jurídico* contemporâneo.

Palavras-chave: Ideologia; Discurso jurídico; Literatura brasileira; Graciliano Ramos; Estado; Marxismo.

ABSTRACT

The research consists in the interdisciplinary analysis between a theme of the Philosophy of Law and a literary work. The work in question is *Vidas Secas*, by Graciliano Ramos, a novel from the 1930s that, among the tensions that deserve attention, establishes one in specific, through which parameters for the understanding of the Brazilian society of the time are presented, with all pertinent contradictions of the historical period that motivated the writing of the novel. Literature meets the Philosophy of Law insofar as the critical theories of Althusser and Pachukanis (Ideology and Ideological State Apparatuses and General Theory of Law and Marxism, respectively) make approaches on the Law and on the State that are represented in *Vidas Secas*, as a form of confirmation and precision of analysis by both Graciliano Ramos and Pachukanis and Althusser. In Pachukanis, one reads how the legal discourse creates its own founding myth and develops the model of subjectivation through which human beings are constituted subjects of law in modernity. The Althusserian contribution indicates the forms of maintenance of the discursive maxims that found personalities in the full moment of the state political form. The discourses of labor, of the industrial x agriculture, modern x archaic, urban x rural binomial, present in *Vidas Secas*, reveal the mosaic through which State and Law manage to forge a Brazilian capitalist society to replace underdevelopment in favor of the regime of accumulation and of the consecrated elitist privileges to the detriment of the lives of the exploited ones. In this sense, the research aims to make the reading of the novel of the 1930s as a critique of the legal model, or more, as a critique of the political and state forms in which the contemporary legal world develops.

Keywords: Ideology; Legal discourse; Brazilian literature; Graciliano Ramos; State; Marxism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
REVOLUÇÕES BURGUESAS: CAPITALISMO E MODERNIZAÇÃO.....	5
O DISCURSO JURÍDICO.....	11
1 INTERDISCIPLINARIDADE	19
ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	19
DIREITO E LITERATURA	27
2 MODERNISMO E <i>VIDAS SECAS</i>	35
OBSERVAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO MODERNISTA: O LEVANTE DE 20 E AS ADAPTAÇÕES DE 30	35
<i>VIDAS SECAS</i> NO CONTEXTO DE 30: SOBRE O NARRADOR E A SUBJETIVAÇÃO	49
3 IDEOLOGIA E CRÍTICA JURÍDICA.....	66
TEORIA <i>TRADICIONAL</i> DO ESTADO E DO DIREITO	66
TEORIA CRÍTICA DO ESTADO E DO DIREITO	74
4 CONCLUSÃO.....	86
REFERÊNCIAS.....	90

INTRODUÇÃO

Para compor a leitura crítica de *Vidas Secas*, esta pesquisa interdisciplinar utilizará conhecimentos de crítica e teoria literárias e históricos, uma vez que é preponderante o contexto em que se deram os acontecimentos determinantes para a compreensão que se pretende apontar. Igualmente importante é a abordagem discursiva do direito, através da qual é possível investigar o modo como o direito se afirma socialmente.

Tanto a abordagem histórica necessária, quanto a discursiva são o objeto desta introdução, que se subdivide em dois tópicos, que fornecem o chão mínimo para os aprofundamentos e detalhamentos que darão ritmo ao trabalho ao longo dos capítulos que seguem.

REVOLUÇÕES BURGUESAS: CAPITALISMO E MODERNIZAÇÃO

O aporte histórico que se apresentará tem o mote específico de ambientar os acontecimentos jurídica e filosoficamente mais relevantes para o argumento deste trabalho, sem a pretensão de captação de maiores – e profundos – detalhes específicos que não sejam indispensáveis ao desenvolvimento da evolução do raciocínio.

Desta forma, por mais truncados e complexos que os movimentos dialéticos da História possam ter sido, a complexidade que interessa, neste momento, é aquela que guarda relação com a proposta deste trabalho, que se preocupa em desenvolver um raciocínio filosófico do Direito em prol da construção de uma crítica jurídica através da História.

A primeira noção que demanda atenção é a de que a sociedade, sobretudo a brasileira, é produto das alterações estruturais que o passar dos Séculos e o avanço de fatores como conhecimento e tecnologia podem proporcionar.

Assim, um primeiro paradigma conformista que se vê em cheque é a estabilidade dos fatos e a divisão dos acontecimentos em categorias estanques.

A exemplo, n'A *Ideologia Alemã*, Marx, respondendo a concepção de Feuerbach de mundo sensível, alerta que o homem é um ser *histórico real*, rodeado por um mundo que não é eternamente o mesmo, mas sim um produto histórico, resultado da atividade de gerações e mais gerações, sendo que a geração atual ao mesmo tempo em que utiliza a base material fornecida pela geração anterior, processa modificações próprias de seu tempo, age sobre o meio e modifica algo da base material recebida para as futuras gerações.¹

A transição entre o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna foi um dos momentos em que o homem, de alguma forma, fez História; exatamente nos termos em que Max propôs.

A materialidade dos acontecimentos nos ensina que o início do Século XX representou um período de transição que, mais tarde, geraria reflexos em todos os países do mundo, isto porque o modo de produção capitalista enraizava seus princípios e, com o advento da indústria, pretendia mudar completamente a forma de produzir e circular mercadorias.

Após o conjunto de Revoluções Burguesas, sobretudo após a Francesa e a Inglesa, a monarquia absolutista perdeu espaço para a burguesia, que consagrou o modo de produção capitalista.

Para Hobsbawm, o fim dos antigos regimes, nos quais o clero era um estamento, assim como a nobreza, em que a política de Estado era feita ao sabor da vontade dos monarcas e a burguesia tinha papel subalterno nas decisões políticas, ocorreu após a *dupla revolução burguesa*.

A Revolução Industrial rompeu as formas e estruturas econômicas do mundo, imprimiu ritmo fabril à produção e forneceu modelo aos trilhos férreos. Já a Revolução Francesa, ainda que não tenha sido a única, foi a mais importante revolução liberal, porque deu as ideias, a bandeira, o emblema, o vocabulário e modelo de organização da política liberal e nacionalista na modernidade². A burguesia propôs ao mundo a renovação das relações econômicas e sociais.

¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 30-40.

² HOBBSAWM, Eric J. *A Revolução Francesa*. Tradução: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 9-10.

O avanço do capitalismo nos grandes centros de poder pressupunha automaticamente a industrialização. As cidades se urbanizavam; o cultivo agrícola se tornava menor e adquiria características mercantis para atender a população urbana de trabalhadores; a ciência desenvolvia tecnologias, como a iluminação artificial das fábricas:

A ciência nunca fora tão vitoriosa; o conhecimento nunca fora tão difundido (...) A lâmpada de Argand (1782-4) acabava de revolucionar a iluminação artificial – foi o primeiro avanço de importância desde a lâmpada a óleo – quando gigantescos laboratórios conhecidos como fábricas de gás, enviando seus produtos ao longo de intermináveis tubos subterrâneos, começaram a iluminar as fábricas e logo depois as cidades da Europa: Londres, a partir de 1819; Dublin, a partir de 1818; Paris, a partir de 1819; (...) Quarenta e oito milhões de passageiros utilizaram as ferrovias do Reino Unido em um único ano (1845). Homens e mulheres já podiam ser transportados ao longo de três mil milhas de via férrea na Grã-Bretanha (1846) – e antes de 1850, mais de seis mil – e ao longo de nove mil milhas nos Estados Unidos. Serviços regulares de navio a vapor já ligavam a Europa com a América e com as Índias.³

O legado das revoluções, exposto brevemente, indica a tônica: o desenvolvimento do capitalismo, como resposta ao arcaísmo da agricultura e do aspecto rural das cidades, acontece através da industrialização. Foi a indústria que reposicionou o trabalho e que redefiniu relações sociais e políticas com o *mote ideológico* liberal francês.

Com a nova ordem mundial, irrevogável, o liberalismo se expandiu e, de maneiras diferentes, fez com que outros países moldassem, a partir de suas estruturas já existentes, os rumos de desenvolvimento de seus mercados.

No entanto, um dos rastros do velho regime que se apresentavam no Novo Mundo, e também no Oriente, que não se relacionava bem com o liberalismo francês era a escravidão que, embora tivesse sido abolida na maioria dos países, durante o século XIX ainda persistia em algumas regiões.

As máximas de liberdade, igualdade e fraternidade não combinavam com o tratamento de seres humanos como se mercadoria fossem. Ademais, qual seria o tamanho do proletariado *explorável* se parte dele fizesse parte da *receita* do interessado no lucro?

³ HOBBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 322.

Qual seria o alcance dos lucros se uma parcela da população não dispusesse de salário para gastar na aquisição dos produtos ofertados pela indústria? Qual seria a parcela de lucro comprometida ao final do processo produtivo? Era esse o descompasso entre a escravidão e o novo regime econômico.

Havia alguma parcela humanitária na defesa pelo fim da escravidão, no entanto uma forte justificativa econômica fazia com que escravidão, definitivamente não pudesse mais fazer parte das atividades econômicas dos donos do capital: com o avanço da indústria inglesa (entre 1815 e 1848), a base econômica nacional deixou de ser a venda de açúcar e de seres humanos (escravos) e se tornou o comércio de algodão.

É importante ressaltar que, muito embora o comércio *legal* de escravos tenha sido progressivamente abolido nos países de desenvolvimento econômico capitalista durante o Século XIX, houve, ainda, emprego de mão de obra escrava no pós-abolição inglês, sobretudo nas regiões onde a plantação agrícola em larga escala sobreviveu, com contratação de mão de obra escrava da Ásia.⁴

No Brasil, foi a força de trabalho escrava que sustentou, por mais de 3 Séculos, o ritmo da produção e da circulação das mercadorias que mantinham o país na *nova ordem mercantil* do mundo em modernização (como pau-brasil, açúcar, tabaco, algodão, ouro, diamantes e café).

A escravidão sustentava o sentido da colonização portuguesa para atender as demandas do mercado externo através de uma organização produtora, industrial e especulada por banco europeu em forma de negócio.⁵

A resistência ao uso indiscriminado de mão-de-obra escrava no sistema comercial brasileiro começou a sentir resistência em decorrência de relações diplomáticas nas quais a Inglaterra fez alguns tratados com países da rota do Atlântico sobre o comércio de escravos.

Em 1818 um tratado anglo-português vetava o comércio no norte do Equador. Em seguida, em 1826, foi feito um tratado anglo-brasileiro que proibia o

⁴ HOBBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 126.

⁵ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p.29.

comércio atlântico de africanos no Brasil, proibição que, mais tarde, foi objeto da Lei de 7 de novembro de 1831, que proibiu a totalidade do comércio negreiro brasileiro.⁶

A despeito da pressão internacional dos tratados e até mesmo da referida lei que proibia o comércio de escravos, o tráfico negreiro fez desembarcar no Brasil 50 mil africanos do norte do Equador e 710 mil indivíduos de todas as regiões da África entre os anos de 1818 e 1856, através de um circuito de tráfico clandestino, momento em que a população do Rio de Janeiro era composta por quase 50% de escravos. Todos os negros trazidos neste período, bem como seus descendentes, foram mantidos escravos ilegalmente até 1888⁷; o Brasil do Século XIX deu início ao desenvolvimento de um capitalismo que se amalgamava com a escravidão virtuosa para sua urbanização/industrialização:

Na realidade, nenhum país americano praticou a escravidão em tão larga escala como o Brasil. Do total de cerca de 11 milhões de africanos deportados e chegados vivos nas Américas, 44% (perto de 5 milhões) vieram para o território brasileiro num período de três Séculos (1550 - 1856). O outro grande país escravista do continente, os Estados Unidos, praticou o tráfico negreiro por pouco mais de um Século (entre 1675 e 1808) e recebeu uma proporção muito menor – perto de 560 mil africanos –, ou seja, 5,5% do total do tráfico transatlântico.⁸

O que ocorreu, portanto foi o ensaio da modernização econômica através da exploração de mão-de-obra escrava, fato pelo qual já se pode começar a perceber o que mais adiante será explorado: o desenvolvimento das relações sociais e econômicas no Brasil se deu de forma diferente com relação a outros lugares como Inglaterra, França e Estados Unidos.

Aqui o moderno se desenvolvia com base na preservação de um modo de sociabilidade característico da vida rural, assentada na posse de grandes domínios territoriais e da exploração da mão de obra escrava.

⁶ ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O Pecado Original da Sociedade e da Ordem Jurídica Brasileira*. in: Revista *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 87, julho de 2010, p. 5 - 11. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a01n87.pdf>>. Acesso em 11 de outubro de 2016.

⁷ ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O Pecado Original da Sociedade e da Ordem Jurídica Brasileira*. in: Revista *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 87, julho de 2010, p. 5 - 11. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a01n87.pdf>>. Acesso em 11 de outubro de 2016.

⁸ *Ibidem*.

Já no Século XX, com a escravidão formal *abolida* e com um capitalismo mais claro em vigor, o quadro ainda é semelhante, como se verá mais adiante, a *burguesia* brasileira e o *proletariado* conviviam em condições sociais muito próprias, onde o arcaico e o moderno convivem, e mais, onde arcaico e moderno se complementam.

Seguindo a linha de raciocínio, em termos políticos e econômicos, o paradoxo do desenvolvimento nacional se insere na tensão entre um capitalismo *avançado*, ou *autônomo*, e um capitalismo *dependente*; genericamente é possível falar em desenvolvimento e subdesenvolvimento.

A discussão sobre o momento de desenvolvimento de um capitalismo *moderno* no Brasil é profunda e não cabe, agora, maior detalhamento. Por ora, a questão que interessa é que o Brasil, desde seu momento colonial, explorou mão-de-obra escrava (indígena e negra), atravessando todos os períodos econômicos que o mundo sugeria e deixando marcas profundas na sociabilidade nacional e na relação do país com o regime capitalista.

Como ensina Francisco de Oliveira, a ideia de um *desenvolvimentismo social* rumo ao capitalismo *pleno* e independente está fundada na noção que há uma linha evolutiva do sistema capitalista, na qual os países *periféricos* (com os da América Latina, por exemplo) estariam situados ainda no início do trajeto evolutivo.

No entanto, esta concepção seria equivocada porque, na verdade, não há linha evolutiva do capitalismo, mas sim condições materiais históricas divergentes entre os países que ocupariam as posições iniciais e as *finais* na suposta evolução econômica. Traços históricos como a escravidão e a dependência das colônias são os fatores que fazem com que o *subdesenvolvimento* seja parte de um projeto de poder econômico dos grandes polos capitalistas.⁹

Uma segunda visão que se relaciona com a de Francisco de Oliveira é a de Florestan Fernandes, que, em linhas gerais, também sustenta que a dependência econômica *herdada* das relações entre colônia e metrópole é um fato que deve ser considerado em si (e não em relação a outros *estágios* do regime de acumulação) e pode ser encarado como uma condição da manutenção do *status quo* no cenário mundial: a produção de países

⁹ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 126.

dependentes, com mão-de-obra desvalorizada, é subsídio da acumulação dos países não-periféricos.¹⁰

É justamente nestas condições que se inserem as tensões de destaque do romance *Vidas Secas* que serão abordadas com a atenção necessária mais adiante. Nele estão somadas uma série de contradições: desenvolvimento e subdesenvolvimento, urbano e rural, moderno e arcaico, trabalhista e servil.

Este breve panorama feito entre a superação do antigo regime feudalista europeu e o desenvolvimento de uma sociedade tipicamente brasileira onde a tensão *arcaico x moderno* assume contornos de complementariedade é o mínimo, e o bastante, por hora, para estabelecer os parâmetros que pontuarão o posterior desenvolvimento da pesquisa.

O DISCURSO JURÍDICO

Feitas as considerações iniciais sobre o contexto histórico que servirá de ponto de partida para análise do romance, cabe agora apontar em que medida o Direito se estabelece como componente decisivo na sociabilidade moderna enquanto argumento de sustentação do Estado. Antes, porém, é necessário estabelecer de maneira bem objetiva alguns pontos sobre a linguagem e o discurso.

É através da linguagem que a espécie humana interage e se desenvolve; nas palavras de José Luiz Fiorin e Hjelmslev, respectivamente:

A linguagem é a capacidade específica da espécie humana de se comunicar por meio de signos. [...] A linguagem responde a uma necessidade natural da espécie humana, a de comunicar-se. No entanto, ao contrário da necessidade de comer, dormir, respirar, manter relações

¹⁰ FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p. 54-59.

sexuais, etc., ela não se manifesta de maneira natural. Ela deve ser aprendida [...] ¹¹

A linguagem [...] é uma inesgotável riqueza de múltiplos valores. A linguagem é inseparável do homem e segue-o em todos os seus atos. A linguagem é o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana. [...] ¹²

Além da concepção de linguagem enquanto capacidade humana de comunicação e desenvolvimento, há um componente mais sofisticado que é a noção de discurso. Através da qual a linguagem se organiza em prol da criação de enunciados:

No uso comum, chamamos de “discurso” os enunciados solenes (“o presidente fez um discurso”), ou, pejorativamente, as falas inconsequentes (“tudo isso é só discurso”). O termo pode igualmente designar qualquer uso restrito da língua: “o discurso islâmico”, “o discurso político”, “o discurso administrativo” [...] o discurso é uma organização situada para além da frase. ¹³

Como se vê, o uso da linguagem pode se dar em nível de discurso e, sem dúvida alguma, é no discurso que o sujeito *superior* procura imprimir socialmente suas pretensões em detrimento daqueles que não dominam a técnica linguística:

O domínio social dá-se por meio de diversos níveis linguísticos. Em uma mesma comunidade falante, a definição, legitimação e gramatização de uma variedade linguística como padrão, considerada superior e única correta, em oposição às variedades não padrão, vistas como inferiores e incorretas, constitui extensão – consolidação da depressão e controle sociais e políticos das classes subalternizadas, pela repressão de suas linguagens. Reprimindo-se as formas de expressão linguística das classes

¹¹ FIORIN, José Luiz. *Linguística? Que é isso?* (Org. José Luiz Fiorin). São Paulo: Contexto, 2003, p. 13-14.

¹² HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da Linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 1 – 2.

¹³ MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2013, p. 57 – 58.

*subalternizadas, reprime-se suas formações discursivas e, portanto, suas visões de mundo.*¹⁴

Desta forma, o discurso surge como *efeitos de sentidos entre locutores*¹⁵ e a análise de discurso, muito embora leve em conta a língua, não é somente uma análise de frases e textos:

*O discurso não corresponde à noção de fala, pois não se trata de opô-lo à língua como sendo esta um sistema, onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes, sendo o discurso, como a fala, apenas uma sua ocorrência casual, individual, realização do sistema, fato histórico, a-sistemático, com suas variáveis etc. O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto.*¹⁶

É de se ressaltar (antes mesmo de abordar a relação entre linguagem jurídica e poder) que a linguagem genericamente considerada pose ser tida, através de sua própria normatividade linguística, como uma poderosa forma de controle social:

*A linguagem, de todos os instrumentos de controle e coerção social, talvez seja o mais complexo e sutil, sobretudo depois que, ao menos no mundo ocidental, a religião perdeu sua força de repressão e de controle oficial das atitudes sociais e da vida psicológica mais íntima dos cidadãos. E tudo isso é ainda mais pernicioso porque a língua é parte constitutiva da identidade individual e social de cada ser humano – em boa medida, nós somos a língua que falamos*¹⁷ (...)

Como já é possível sugerir, a proposta de abordar o Direito como um evento discursivo é tarefa que pressupõe uma concepção: o Direito, enquanto *esfera da atividade humana*, está relacionado, necessariamente, com a utilização da língua através de

¹⁴ CARBONI, Florence; MAESTRI, Mario. *A linguagem escravizada – língua, história, poder e luta de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 109.

¹⁵ ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes, 2001, p. 21.

¹⁶ *Ibidem*, p. 22.

¹⁷ BAGNO, Marcos. *A norma oculta – língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003, p. 16 – 19.

enunciados orais ou escritos, concretos que são produzidos por membros das esferas da atividade humana.¹⁸

É nesta medida que podemos considerar o direito como um evento linguístico. Claro que aspectos como a expressão do Direito, a organização, a estruturação e etc. também lhe dão contorno linguístico, no entanto, é na concepção jurídica como esfera da atividade humana que está o cerne da questão.

É incontornável concluir que o direito se apropria da comunicatividade da linguagem para se fazer valer socialmente. Conforme ensina o professor Tércio Sampaio Ferraz Junior:

*Podemos dizer, inicialmente, que o direito, enquanto um fenômeno empírico, tem uma linguagem, usando-se a palavra “linguagem” indistintamente para aquilo que os linguistas chamam de língua e discurso (langue/parole); falamos, assim, da linguagem do direito, objeto das várias disciplinas linguísticas, como a semântica, a hermenêutica, etc.*¹⁹

As técnicas e métodos discursivos são ferramentas do direito, portanto. Sendo certo que este desenvolve discurso próprio e desencadeia modo específico de atuação social. São as palavras de Eduardo Carlos Bianca Bittar:

*A textualidade jurídica é uma manifestação semiótica. Isso se diz no sentido de clarificar que se pode falar de uma linguagem jurídica em especial, o que não vem a significar que essa linguagem se desgarre dos processos convencionais de produção do sentido. A linguagem jurídica se manifesta seja valendo-se dos elementos de linguagens não verbais. De qualquer forma, a linguagem verbal (língua natural) representa sempre a maior base de manifestação jurídica, sobretudo grafando-se por meio da escrita.*²⁰

Ainda sobre o discurso jurídico – sua formação – assinala a professora Marli Quadros Leite:

¹⁸ BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 279.

¹⁹ FERRAZ JR., Tércio Sampaio. *Teoria da Norma Jurídica*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009, p. 6.

²⁰ BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. *Linguagem Jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 189.

*Partimos do pressuposto que o discurso legal é diferente do discurso literário, jurídico ou científico, etc., em dois aspectos. Em primeiro lugar, porque realiza um **fazer prescritivo** e não **persuasivo**. O fazer prescritivo cria **obrigações, proibições e permissões**, é o discurso deôntico do **dever-ser**; enquanto os outros discursos ficam no âmbito do **fazer-saber**, levando apenas o enunciatário a sair de um estado de **não saber** para um estado de **saber**. Em segundo lugar, e em decorrência do primeiro aspecto, o discurso prescritivo não utiliza o conjunto de procedimentos argumentativos para persuadir o enunciatário. No entanto, como em todo discurso, o enunciatário realiza um **fazer interpretativo do discurso legal** e a consequência dessa interpretação é a produção da **doutrina jurídica ou discurso jurídico**.²¹*

Como se vê, a linguagem é meio excelente de interação social. O direito é forma social. Logo, nas relações sociais, o direito vale-se da linguagem, ou mais propriamente do discurso para se sustentar e é das manifestações discursivas jurídicas que se extraem os atos de poder:

As relações de poder, nas sociedades atuais, têm por base uma relação de força estabelecida em um momento histórico determinável, na guerra pela guerra, visando a sua eliminação. Todavia, se o poder político acaba com a guerra e tenta impor a paz na sociedade civil, não é para suspender os efeitos dela ou para neutralizar os desequilíbrios que se manifestam na batalha final, mas para reescrever perpetuamente estas relações de força, através de uma guerra silenciosa, nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos.²²

O discurso jurídico tem forma que se presta a proporcionar convencimento e distanciamento entre o sujeito legitimado que faz uso da linguagem específica (e que conhece, portanto, a lei – em tese) e o sujeito desconhecedor dos termos:

Todo locutor demonstra suas concepções em seu discurso, sustentando argumentos que buscam sempre o convencimento do “outro”, na intenção de alcançar os objetivos que pretende ver concretizados. Assim

²¹ LEITE, Marli Quadros; LEITE JUNIOR, Orlando. *Uma ampliação da análise do discurso ao texto legal*. In: LEVY, Maria Stella Ferreira (Org.). *Linguagem e suas aplicações no direito*. São Paulo: Paulistana, 2006, p. 12.

²² OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006, p. 59.

*sendo, o falante vai inserir na estrutura de seus textos unidades específicas que criarão argumentações convincentes, o que comprova a linguagem como meio de interação social. Isso demonstra, portanto, a linguagem como representação do poder. [...] Cada sujeito do discurso jurídico, ao se manifestar, aciona certas convenções reguladoras das relações entre os vários sujeitos, que produzem mudanças nas atividades da linguagem. A tomada da palavra concede a cada sujeito certo lugar complementar ao outro, exigindo que esse outro se mantenha ali e saiba exatamente o lugar ocupado pelo “eu” que fala de seu próprio lugar.*²³

Considerar o Direito como evento discursivo, normativo, de expressão de poder e domínio, de ênfase persuasiva e etc. é um primeiro passo no sentido de alcançar uma compreensão material do que, de fato, pode representar a discursividade jurídica.

De acordo com as contribuições linguísticas relacionadas até aqui, pensar o direito como fenômeno linguístico é uma abordagem que se faz com base no caráter de relação social que se estabelece através do Direito.

Mas há uma imbricação que deve ser considerada: é na condição de discurso que o Direito apresenta seu conteúdo material, a normatividade. Introjetando conteúdos sociais externos (como a moral, por exemplo) o Direito exprime a vontade de quem o manipula através de postulados normativos, de forma que a repetição e a sedimentação dos postulados se confundem com os conteúdos sociais externos, formando um sólido discurso hierarquizado, verticalizado e que, ao fim e ao cabo, é expressão de poder.

Como já foi exposto antes, a própria linguagem pode significar expressão de domínio, logo, o Direito não é excepcional na sedimentação de seu discurso normativo, ele é apenas mais uma relação social específica como muitas outras.

O que as relações sociais específicas têm em comum que faz com que elas sejam capazes de estabelecer discursos influentes é o modo como linguagem, discurso e ideologia são articulados, teoricamente.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin explica de que forma um discurso é ideológico: *tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado*

²³ BRITO, Diná Tereza de. *Linguagem: o poder no discurso jurídico*. Revista Diálogo e Interação, v. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.faccrei.edu.br/dialogoeintercao>>. Acesso em 17 de outubro de 2014.

*fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia.*²⁴

Conceituando ideologia como *o sistema das ideias, das representações, que domina o espírito de um homem ou de um grupo social* (69)²⁵ e considerando que sua expressão acontece através de práticas materiais que se estruturam no nível do inconsciente²⁶, podemos concluir que o Direito, enquanto discurso (ideológico, posto que compartilha a noção linguística de signo ao incorporar ideias exteriores a si, significando-se), traduzido em práticas materiais e inconscientes, é o sistema de representações perfeitamente capaz de dominar grupos sociais através de seu conteúdo positivo (normativo).

Portanto, para falar no Direito como instrumento ou ferramenta de poder, há que se falar em ideologia como a importante característica da constituição do poder através do discurso pelos aparelhos ideológicos estatais (religião, escola, família e etc.), os quais são responsáveis pela constituição do inconsciente do sujeito, que, sujeito após sujeito, geração após geração, forma o senso comum de toda uma época.²⁷

Nesta esteira entram em questão e inter-relação os conceitos de alienação e ideologia, os quais foram tratados desde Hegel, passando por Feuerbach, Marx e Engels e Althusser, dentro da proposta aqui estabelecida.

Influenciados pelas fontes citadas, há Pachukanis, Márcio Bilharinho Naves e Alysson Mascaro, que formulam visão crítica do fenômeno jurídico como constituidor da sociedade moderna e problemática para a qual se faz necessária uma abordagem madura e crítica das instituições.

O trabalho e a materialidade da vida do homem sempre foram seus reais rastros em termos de elaboração histórica, como nos ensinam Marx e Engels n' *A Ideologia Alemã* ²⁸, no entanto, no nível da consciência, foram incutidas noções de alheamento entre o homem e o que ele produz, de modo que a materialidade foi substituída por uma justificativa ideológica do modo de vida.

²⁴ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 20.

²⁵ ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa: Presença, 1980, p. 69.

²⁶ ALTHUSSER, Louis. *Freud e Lacan. Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 84.

²⁷ ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1980, p. 42 – 44.

²⁸ MARX, Karl; ENGELS, Freidrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 94.

É neste ponto que o surgimento do Estado demanda a atuação autoritária do Direito para, através da legitimidade que lhe é pertinente, conseguir a continuidade da perseguição dos objetivos da classe detentora dos meios de produção, da propriedade privada e do lucro.

Finalmente, este é o ambiente da pesquisa: dados históricos sobre o desenvolvimento da sociedade *moderna* brasileira indicam a base de análise de *Vidas Secas* que, em 1930, num contexto de industrialização do país e acirramento das contradições sociais, sugere o desafio de compreender a vida de uma família nordestina arrasada pela seca, com inúmeros problemas, através da voz de um narrador que não pertence ao contexto, com o condão da legitimação de um projeto jurídico, político e estatal de país.

4 CONCLUSÃO

Interdisciplinarmente falando, este trabalho teve como objetivo colocar em termos uma série de conhecimentos de áreas diferentes para que todos convergissem numa só conclusão. Desde a metodologia interdisciplinar até a crítica jurídica, os argumentos principais foram selecionados em detrimento do vasto campo que cada assunto, em si, poderia oferecer em termos de especulação científica.

Dentre os argumentos de ordem literária que se apresentam, o foco principal foi demonstrar em qual momento literário do país *Vidas Secas* se insere e quais são seus pontos de análise cruciais para a formulação de uma crítica jurídica através do romance.

Apresentar o fenômeno jurídico moderno de modo a partir de seu surgimento e alcançar a evolução da crítica marxista com as teorias materialistas foi o objetivo mais sintético e ousado, uma vez que, ao conjugar as teorias sobre o Direito entre si, vários pontos de vista tiveram de deixar de ser privilegiados, mais uma vez, em razão do foco do argumento.

Assim, posto em termos gerais, o raciocínio proposto ao longo deste trabalho tem um ponto de partida: o desenvolvimento do capitalismo. A forma como a sociabilidade pós-revoluções se desdobrou e os acontecimentos em que implicou nos mostram que os agitos liberais do período das revoluções foram determinantes para os rumos da economia, do direito, da política, da educação e da literatura.

O surgimento do Estado que foi sustentado pelos iluministas, indica um importante dado sobre a sociabilidade moderna: há um ente chamado Estado e outro chamado Direito que sustentam as relações capitalistas. A relação entre ambos é de dependência mútua.

No entanto, por mais que as teorias individualistas liberais percorram o esgotamento das explicações sobre o surgimento do Estado e do Direito envolvendo variáveis como a moral, a ética, o estado de natureza, o contrato social, a propriedade

privada e etc., não há, na própria teoria liberal o aporte necessário para compreender o Estado e o Direito enquanto estruturas materiais.

Isto porque as teorias de justificação do Estado e do Direito surgiram após as próprias instituições. Não há registro histórico de que aconteceram discussões filosóficas e, em seguida, munidos das decisões, os filósofos informaram os revolucionários sobre o que deveriam fazer. Ao contrário, a materialidade dos fatos históricos precedeu as concepções filosóficas e estas, mais tarde, racionalizaram os acontecimentos.

Isto indica a posição privilegiada do aporte teórico marxista que, atrelado ao lastro material inaugurado por Marx como método científico de análise, é capaz de oferecer respostas que levem em conta os fatores de classe e econômicos.

Neste sentido, Pachukanis representa um expoente vigoroso da crítica jurídica marxista, porque, pela primeira vez o Direito é encarado como elemento estruturante do Estado na medida em que se materializa na troca mercantil, oferecendo fluxo ao ideal da classe dominante que explora a mão de obra em prol da acumulação.

O segundo ponto de atenção em Pachukanis, que diz respeito ao momento de subjetivação dos indivíduos em *sujeitos de direito*, garante que a igualdade formal seja postulada e que a liberdade seja exprimida socialmente como a liberdade para contratar e ser contratado. Neste movimento surge a possibilidade do sujeito tornar-se mercadoria ao ofertar força de trabalho, *livremente*.

A contribuição althusseriana vem no sentido de desvendar o liame de aparelhamento ideológico de que o Estado se mune para garantir a manutenção da reprodução através da criação de um discurso elaborado por *vários agentes diferentes* que ocupam na vida social do indivíduo posições diferentes, mas como reportam a mesma ideologia (já que não há multiplicidade de ideologias, mas apenas uma), a mensagem é assimilada pelo indivíduo como cristalizada e, através do conjunto de práticas materiais que caracterizam a ideologia, inconscientemente, os discursos ideológicos forjam a personalidade do sujeito de direito, apto ao trabalho.

Vidas Secas se insere na problemática jurídica na medida em que seu lastro material nos informa que sua elaboração se deu num momento histórico de extrema polarização política no país, na década de 1930, num momento em que forças autoritárias

perseguiam agentes políticos do campo progressista. O próprio autor do romance, Graciliano Ramos, foi preso sem sequer acusação formal ou instauração de processo.

O Brasil vivia um momento social muito delicado, que os críticos progressistas do período caracterizavam como um momento de flagrante subdesenvolvimento econômico e dependência econômica; o país se industrializava, fazia propaganda das novas leis populistas do trabalho urbano e etc., mas à margem deste momento de *avanço* havia uma produção rural cujo volume era maior do que o da industrial (o que só mudou na década de 50).

A sociedade brasileira, marcada pela escravidão arrastada que participou das atividades econômicas mesmo após a Lei Áurea, em 1888, ainda se via permeada por elementos que indicavam o *status* de industrialização e, concomitantemente, atravessada por resquícios de um país ainda não moderno.

Uma das tensões do romance é a do trabalho intelectual em oposição ao trabalho braçal. A forma como o autor construiu o romance, utilizando o discurso indireto livre misturado ao discurso indireto e ao discurso direto, faz com que o narrador culto se distanciasse do personagem, de modo a *não contaminar* a retratação do personagem com sua condição de classe. No entanto discurso indireto livre faz com que, em alguns momentos, não fique exatamente claro se quem fala é o narrador ou Fabiano, o que resulta na mistura das vozes.

Logo, ao se misturarem, o universo do moderno (representado pelo narrador culto) e o universo do arcaico (representado pelo subtrabalhador rural) fundem-se na composição do romance. Economicamente falando, a fusão entre subdesenvolvimento (caracterizada pela economia exportacionista dependente) e desenvolvimento (caracterizada pelo avanço moderno industrial) fundem-se na composição do que é o capitalismo moderno em pleno desenvolvimento – como afirmariam mais tarde Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira (contrariando a ideia que por muito tempo pairou sobre a noção de que no Brasil o subdesenvolvimento precisava ser superado para atingir o desenvolvimento do capitalismo).

Assim, na mesma medida em que social e economicamente, o moderno se desenvolve repondo o atrasado, na obra, há momentos em que o narrador parece confirmar e, em seguida, denunciar o estado lamentável dos retirantes.

No final das contas, o capitalismo precisa que haja um Estado burguês, aparelhado ideologicamente, no qual haja uma estrutura jurídica que informe a liberdade e a igualdade formal entre quem explora e quem é explorado para que, através da subjetivação do indivíduo em sujeito de direito, este possa tornar-se mercadoria no mercado de trabalho.

Vidas Secas pode ser lido como um romance de crítica jurídica, porque demonstra como o a subjetividade jurídica do sujeito faz com que sua *função* na sociabilidade moderna seja plenamente desenvolvida, independentemente das condições do meio. No momento histórico do romance, seja inverno ou faça seca, há subtrabalhadores retirantes que estarão aptos ao trabalho e seus tomadores estarão aptos a empregar os mortos de fome que, com certeza, lhes implorarão por trabalho. É o trabalho que rende ao desumanizar, porque não precisa ser humanizado para render. O Direito não tem, em sua essência, qualquer fundo realmente nobilitante. A denúncia de injustiças ao direito acontece em vão.

A ressalva do narrador com relação ao sonho nordestino da migração é prenunciadora da farsa da justiça burguesa. Os retirantes ficariam *presos* na cidade, onde, certamente sua subjetivação jurídica aconteceria novamente, onde os Aparelhos Ideológicos de Estado o cercariam novamente, onde o trabalho seria explorado e renderia novamente e onde *ninguém prestaria pra nada*, novamente.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O Pecado Original da Sociedade e da Ordem Jurídica Brasileira*. in: Revista Novos Estudos, CEBRAP, nº 87, julho de 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a01n87.pdf>>. Acesso em 11 de outubro de 2016.
- ALTHUSSER, Louis. *Advertência aos leitores do Livro I d'O Capital* in: MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Freud e Lacan. Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa: Presença, 1980.
- _____. *Posições 2*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 1974.
- ANDRADE, Oswald de. *Pau-Brasil*. Disponível em: <<http://files.portalcursouniversitario.webnode.com.br/200000058-198cd1a86d/Oswald%20de%20Andrade%20-%20Pau-Brasil.pdf>>. Acesso em 26/04/2016.
- BAGNO, Marcos. *A norma oculta – língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- _____. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. *Linguagem Jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BOSI, Alfredo. *Céu, Inferno*. São Paulo: Editora 34, 2003.

BRITO, Diná Tereza de. *Linguagem: o poder no discurso jurídico*. Revista Diálogo e Interação, v. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.faccrei.edu.br/dialogoeintercao>>. Acesso em 17 de outubro de 2014.

BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: EDUSP, 2006.

CANDIDO, Antonio. *A Educação Pela Noite*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. *Ficção e Confissão*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. *O Direito à Literatura* in: Vários Escritos. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mario. *A linguagem escravizada – língua, história, poder e luta de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CASTILHO, Ricardo. *Filosofia Geral e Jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Depoimento de Antonio Candido no Simpósio Graciliano Ramos – 75 anos do livro “Angústia”. Youtube. 22 de setembro de 2011. 37min20s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p3r-dY-0Ows>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2017.

DESCARTES, René. *Discurso sobre o Método*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação*. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2008.

_____. *Teoria da Norma Jurídica*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009.

- FIORIN, José Luiz. *Linguística? Que é isso?* (Org. José Luiz Fiorin). São Paulo: Contexto, 2003.
- FREIXEIRO, Fábio. *O Estilo Indireto Livre em Graciliano Ramos* in: BRAYNER, Sônia (org.). *Fortuna Crítica – Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HEGEL, Georg W. F. *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da Linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- HOBBS, Thomas. *Do Cidadão*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HOBBS, Eric J. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *A Revolução Francesa*. Tradução: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- LAFETÁ, João Luis. *1930: a Crítica e o Modernismo*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- _____. *A dimensão da noite*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- LEITE, Marli Quadros; LEITE JUNIOR, Orlando. *Uma ampliação da análise do discurso ao texto legal*. In: LEVY, Maria Stella Ferreira (Org.). *Linguagem e suas aplicações no direito*. São Paulo: Paulistana, 2006.
- LIMONGI, Maria Isabel de M. P. *Os contratualistas*. In: RAMOS, Flamarion C. et al. *Manual de Filosofia Política*. São Paulo: Saraiva, 2015.
- LOCKE, John. *Dois tratados políticos sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2013.
- MALARD, Letícia. *Ensaio de Literatura Brasileira – Ideologia e Realidade em Graciliano Ramos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MASCARO, Alysson Leandro. *Crítica da Legalidade e do Direito Brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- _____. *Estado e Forma Política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Atlas, 2016.
- MAUERHOFER, Hugo. *A Psicologia da Experiência Cinematográfica*. In: XAVIER, Ismail (org.). *A Experiência do Cinema*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- MONTAIGNE, Michel de. *Ensaio*. Tradução de Sérgio Milliet. 4ª ed. Col. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- MORAES, Dênis de. *O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e Direito: um estudo sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- OLIVEIRA, Mara Regina de. *Cinema e Filosofia do Direito em Diálogo*. E-book Kindle, Amazon, 2015, Cap. 1 (2).
- _____. *O desafio à autoridade da lei*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006.

_____. *Shakespeare e o Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes, 2001.

OST, François. *Contar a Lei: as fontes do imaginário jurídico*. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2004.

PACHECO, Ana Paula. *O vaqueiro e o dos pobres: Vidas Secas*. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n.60, 2015.

PACHUKANIS, Evgeni. *A Teoria Geral do Direito e o Marxismo*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

PALMA, Rodrigo Freitas. *História do Direito*. São Paulo, Saraiva, 2017.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

RAMOS, Graciliano. *O Fator Econômico no Romance Brasileiro* in: RAMOS, Graciliano. *Linhas Tortas*. Rio de Janeiro: Record, 2005. APUD PACHECO, Ana Paula. *O vaqueiro e o dos pobres: Vidas Secas*. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n.60, 2015.

_____. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social: princípios do direito político*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Editora 34, 2017.

_____. *A carroça, o Bonde e o Poeta Modernista* in: *Que Horas São?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O Tupi e o Alaúde*. São Paulo: Editora 34, 2003.

THIESEN, Juares da Silva. *A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300010>. Acesso em 11 de dezembro de 2017.

TRINDADE, André Karam. *Kafka e os Paradoxos do Direito: da Ficção à Realidade* in: Revista Diálogos do Direito, p. 2. Disponível em: <
<http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/dialogosdodireito/article/viewFile/63/76>>. Acesso em 26/04/2016.